ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

PEQUIÁ DA CONQUISTA: a vitória dos de baixo contra os gigantes de ferro

PEQUIÁ OF CONQUEST: the victory from down against the giants of the iron

PEQUIÁ DE LA CONQUISTA: la victoria de los de abajo contra los gigantes del hierro

Francisco das Chagas Sousa[1]
Eduardo Vacovski[2]
Fagno da Silva Soares[3, 4]

RESUMO
A pesquisa foi de caráter exploratória através de levantamento bibliográfico em meio físico e em sítios eletrônicos. O artigo analisa o processo de luta e a conquista do reassentamento das 312 famílias do Pequiá de Baixo, em Açailândia-MA, um bairro que o município estabeleceu, sem a participação popular, como parte do Distrito Industrial do município. A Vale e as cinco

[1]Pesquisador do CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória (IFMA/Campus Açailândia), MBA em Gestão de Ensino de Ciências, Tecnologia e Inovação na VERIS-IBTA-SP e Gerência de Cidades no Centro Universitário UNINTER-PR. E-mail: gamafran@hotmail.com
[2]Professor de Direito Administrativo e Cível do Centro Universitário UNINTER, especialista em Direito Processual Civil com ênfase em Litígios Públicos e Processo Coletivo. E-mail: eduardovacovski@gmail.com.
[3] Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), graduado em História pela Universidade do Estado do Maranhão (UEMA). Pesquisador do Núcleo de Estudos de História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO/USP). Líder do CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória (IFMA). Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA/Campus Açailândia). E-mail: fagno@ifma.edu.br.
[4] Endereço de contato dos autores (por correio): Rua Projetada, s/n, Progresso, CEP: 65930-000, Açailândia, MA, Brasil.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

empresas de siderurgia, os gigantes do ferro, se instalaram nesse distrito industrial que compreende o Pequiá de Cima e o Pequiá de Baixo, implementaram um ritmo de produção que, sem a fiscalização efetiva do Estado, provoca impactos socioambientais na região e na área do Pequiá de Baixo, mais fortemente, onde a população sofre seus efeitos numa agressão à vida. Dessa forma, auxiliada por estudos técnicos de institutos, a população de Pequiá de Baixo apoiada por entidades parceiras (ACMP, CDVDH-CB, Rede Justiça nos Trilhos, Paróquias São João Batista e Santa Luzia e outros), pelo MPE e DPE, decidiu coletivamente, em razão da inviabilidade de convivência com as empresas poluidoras, lutar por uma área livre da poluição conseguida sob luta e resistência, inspiradas nos valores de Vida, nominada eletivamente de PEQUIÁ DA CONQUISTA, de fato a vitória dos de baixo contra os gigantes do ferro.

PALAVRAS-CHAVE: Pequiá de Baixo. Impactos socioambientais. Reassentamento.

ABSTRACT

The research had an exploratory nature, donethrough a bibliographical survey in physical means and electronic sites. The article analyzes the process of struggle and conquest of 312 families from Pequiá de Baixo, in Açailândia (State of Maranhão), a neighborhood that the municipality established, without popular participation, as part of an Industrial Districtin the council. Vale Company and the five steel companies, the iron giants, were established in this industrial district which includes Pequiá de Cima and Pequiá de Baixo, and they brought a rhythm of production that, without effective State control, causes social and environmental impacts in the region and, specially, in the area of the Pequiá de Baixo, where population suffer its effects as an aggression to life. In this way, the population of Pequiá de Baixo, assisted by technical studies of institutes, and supported by partner organizations (ACMP, CDVDH/CB, Rede Justiça nosTrilhos, Parishes of São João Batista and Santa Luzia and others), as well as by the MPE and DPE; they decided together, due to the impossibility of coexistence with the polluting companies, to fight for an area free of pollution,

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

that it was achieved through struggle and resistance, inspired by the values of Life, electively nominated as PEQUIÁ DA CONQUISTA, in fact, a victory of those from down against the giants of iron.

KEYWORDS: Pequiá de Baixo. Social and environmental impacts. Resettlement.

RESUMEN

La investigación fue de carácter explorador a través del levantamiento bibliográfico en medio físico y en sitios electrónicos. El artículo analiza el proceso de lucha y la conquista del reasentamiento de 312 familias de Pequiá de Abajo, en Açailândia- Estado de Maranhão, un barrio que el municipio estableció, sin a participación popular, como parte del Distrito Industrial del municipio. La Compañía Vale y las cinco empresas de siderurgia, los gigantes del hierro, se instalaron en ese distrito industrial que comprende al Pequiá de Encima y al Pequiá de Abajo, implementaron un ritmo de producción que, sin la inspección efectiva del Estado, provoca impactos socioambientales en la región y en el área de Pequiá de Abajo, más fuertemente, donde la población sufre sus efectos en una agresión contra la vida. De esta forma, auxiliada por estudios técnicos de institutos, la población de Pequiá de Abajo, apoyada por entidades amigas (ACMP, CDVDHCB/CB, Rede Justiça nos Trilhos, Parroquias de San Juan Batista y Santa Luzia y otros), por el MPE y el DPE, decidió colectivamente, a razón de la inviabilidad de convivencia con las empresas contaminadoras, luchas por un área libre de contaminación, conseguida bajo la lucha y la resistencia, inspiradas en los valores de la Vida, llamada de forma elegida como PEQUIÁ DA CONQUISTA, de hecho, la victoria de los de abajo contra los gigantes del hierro.

PALABRAS CLAVE: Pequiá de Baixo. Impactos sociales y ambientales. Reasentamiento.

Recebido em: 26.01.2017. Aceito em: 26.03.2017. Publicado em: 01.04.2017.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

1.INTRODUÇÃO

O artigo *Pequiá da Conquista: a vitória dos de baixo contra os gigantes do ferro* tem como objetivo geral ressaltar o histórico da luta da comunidade do Pequiá de Baixo, em Açailândia-MA pelo processo de reassentamento de 312 famílias violentadas pelos impactos socioambientais provocados pela Vale e pelas siderúrgicas, os gigantes do ferro, organizando uma sequência cronológica da resistência da luta da população do bairro apoiada por vários parceiros.

A justificativa do artigo se baseia nas precárias condições de vida que vivem as famílias de Pequiá de Baixo impactadas pelos agentes da mineração e da siderurgia e seus empreendimentos bem como pela subserviência e omissão do Estado na falta de fiscalização dessas empresas e na efetivação das políticas públicas. A escolha do tema se associa à vasta literatura produzida sobre o caso.

O tipo de pesquisa escolhido pelo autor é a pesquisa exploratória estruturada somente pela revisão bibliográfica, fato que dispensa a apresentação de um projeto, segundo a Instituição. Através desse tipo de pesquisa, para Prodanov e Freitas (2013, p. 131), o pesquisador, através do levantamento das fontes teóricas, "(...) elabora a contextualização da pesquisa e seu embasamento teórico (...)". Como parte da instrumentação técnica foi utilizada a consulta às referências entre as quais livros, cartilhas, vídeos, revistas, reportagens em meios físicos e sítios eletrônicos, no período de 08 de abril a 29 de maio, 28 de outubro e 26 a 31 de dezembro de 2016. As referências físicas, na sua maioria, foram consultadas na biblioteca da Rede Justiça nos Trilhos, em Açailândia-MA. O tipo de pesquisa adotado foi fundamental para conhecer e

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

relacionar as variáveis de estudo e as implicações desafiantes ao tema, bem como auxiliar na argumentação do método utilizado.

O método utilizado foi o hipotético-dedutivo onde os nexos da pesquisa apontam a atuação dos agentes da mineração/siderurgia como os responsáveis pelos impactos socioambientais sobre o meio ambiente e a população do Pequiá de Baixo.

Na fundamentação teórica, na primeira parte, apresenta-se Açailândia-MA na conjuntura nacional e internacional. Segundo Giannotti (2009, p. 148), após a II guerra mundial, o Brasil, no rol dos países subdesenvolvidos de terceiro mundo, se alinhou aos EUA e seus aliados como mero fornecedor de suas riquezas naturais permitindo o investimento do capital estrangeiro no país em vários setores estratégicos, inclusive na Mineração. Açailândia estabeleceu a partir da década de 1990 a Siderurgia como seu ciclo econômico mais importante e suas contradições.

O Brasil potencializou a exploração de minérios com a criação da CVRD Companhia Vale do Rio Doce que, privatizada, mudou o nome para Vale S.A. Para Coelho (2015, pp. 30-31), o processo de industrialização e de investimento do capital estrangeiro foi muito forte até 1985 para contrair dólares e equilibrar a balança fiscal. Nesse cenário, foi criada a EFC Estrada de Ferro Carajás por onde são escoados os minérios da Serra dos Carajás-PA, explorados num modelo de desenvolvimento predatório até o Porto de Itaqui em São Luís-MA para fins de exportação para a edificação das estruturas dos países europeus, asiáticos e norte-americanos. O minério de ferro é processado pelas siderúrgicas paraenses e maranhenses, com destaque para as cinco instaladas no distrito do Pequiá em Açailândia-MA, onde a população de Pequiá de Baixo

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

sofre os maiores impactos socioambientais provocados pela Vale e pelas siderúrgicas, os gigantes do ferro, segundo Fidh (2010, p. 53).

Na segunda parte, apresenta-se os principais agentes econômicos no contexto da siderurgia no distrito industrial do Pequiá e o processo de resistência e de luta da comunidade de Pequiá de Baixo para conseguir o reassentamento das 312 famílias impactadas pela Vale e pelas siderúrgicas.

2. AÇAILÂNDIA-MA NA CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

O Município de Açailândia foi emancipado aos 6 de junho de 1981, de acordo com a Lei Estadual 4.295/81 e Lei Orgânica de Açailândia/1990. Para o IBGE (Censo 2013), distante cerca de 600 km de São Luís-MA, a capital do Estado: área territorial 5.806,440 km²; densidade demográfica 17,92 hab/km². Em 2015, a população estimativa ficou em torno de 109.685. O Produto Interno Bruto PIB per capita (ano 2013) gira em torno de R$14.648,73. O seu IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, ano 2010, foi de 0, 672. A sua economia gira em torno de serviços, da agropecuária e da siderurgia.

A formação de ocupação das terras do município de Açailândia data dentre os anos de 1958 e 1960 e está atrelada e vinculada aos projetos governamentais da União de ocupação populacional e posterior exploração econômica da Amazônia Oriental Brasileira e interligação rodo-ferroviária dessa e demais regiões à recente capital Brasília, com a construção da BR 010 Belém-Brasília, autorizada pelo então presidente Juscelino Kubitschek através de decreto nº 43.909 (BRASIL, 1958).

Nesse período, segundo Giannotti (2009, p.148), findando a II guerra mundial, as relações econômicas e de Estado entre os países foram dominadas pelas nações capitalistas e comunistas, no acirramento da guerra fria, Estados

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

Unidos e União Soviética (segundo mundo), respectivamente, e seus aliados. O Brasil, no rol dos países subdesenvolvidos de terceiro mundo, se alinhou aos EUA e seus aliados como mero fornecedor de suas riquezas naturais.

Para Giannotti (2009, pp. 150-152), internamente no Brasil, na dinâmica da efervescência cultural e política, vivida entre 1955 e 1964, em meio a greves e inflação, discutia-se o futuro do país em praças públicas, nas fábricas, no campo e nas universidades, num antagonismo entre um projeto nacionalista, defendido pela esquerda comunista, e a ideia de um país dependente, associado ao imperialismo dos EUA, defendido pela direita, com a abertura total ao capital estrangeiro que já financiava os novos setores econômicos em ascensão no país inclusive as indústrias petroleira, química, farmacêutica, de eletrodomésticos e a automobilística, superando a economia agrícola reinante até 1957.

Destaque nesse período para as grandes obras de infra-estrutrura, entre elas rodovias e ferrovias, que arrefeceu a questão agrária no país, um prenúncio dos futuros investimentos na região de Carajás ligando o Pará ao Maranhão. Na contramão desse processo, o Maranhão viveu entre 1960 e 1970 o apogeu da indústria têxtil tendo como matéria prima o algodão que atendeu principalmente o comércio europeu, especialmente a Inglaterra, cujo país fornecedor, os EUA, teve suas bases produtivas de algodão destruídas com a guerra civil naquele período. Porém, a pequena industrialização não quebrou a grande desigualdade na distribuição de renda, persistindo a pobreza e as mazelas para grande parte da população na capital e nos municípios do Estado, como se revela na produção do filme “MARANHÃO 66” do cineastra baiano Glauber Rocha.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

Porém, para plantar o algodão era preciso muita terra. Além do algodão, entre outros produtos primários, o arroz e o babaçu, inclusive na microrregião de Imperatriz[5] (BARBOSA, 2013, p.184) estavam no centro dessa questão. A discussão da reforma agrária foi cessada com a instalação violenta do Regime Militar no país em 1964 que instalou a política do desenvolvimento agropecuário da região amazônica através do incentivo de fluxos populacionais e, no Maranhão, fato similar, com a posse de José Sarney ao governo do Estado em 1966, foi institucionalizada a grilagem da terra com a Lei Sarney (ASSELIN apud CASTILHO, 2012, p.62) sobre as terras de domínio do Estado nº 2979 de julho de 1969, que deu condições para que latifundiários e empresas, que se encaixassem no projeto de industrialização e exportação, se apropriassem de grandes extensões de terras causando concentração fundiária, onde poucos passaram a ter o direito em muitas terras e renegando pequenas terras aos pequenos agricultores (SANTOS e BORBA 2014, p.9-11). Isso fica bem claro no Artigo 14 dessa mesma lei, que segundo Pedrosa (apud SANTOS e BORBA 2014, p.9) "Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário rural no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial". Como resultado, em várias regiões do Estado, inclusive na região Sudoeste, onde se localiza a microrregião de Imperatriz-MA, que incluía as terras de Açailândia, ainda não criada, recebeu vários movimentos migratórios populacionais (ASSELIN,2009, p.33) e foi palco de vários conflitos fundiários, bem como a vizinha microrregião do Bico do Papagaio formada por 25 municípios, extremo norte do atual Estado do Tocantins, segundo Silva(2010,

[5] A microrregião de Imperatriz composta por 16 municípios, inclusive Açailândia-MA

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

p.16). O governo federal deu a base institucional para esses conflitos, conforme o relato:

> Na década de setenta, tornou-se explicita a política oficial de reorientar o desenvolvimento agrário do país, tendo por pressuposto a introdução no campo de grandes projetos agropecuários, de exploração de minérios e recursos florestais. O Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504/64) forneceu o instrumental para a resolução dos conflitos pontuais entre proprietários e posseiros, mediante os mecanismos jurídicos para a legitimação dos títulos. (PEDROSA, p.33).

No centro desse contexto, a partir da década de 1970 até a década de 1990, Açailândia-MA viveu o ciclo econômico do extrativismo madeireiro. Como parte desse período na condição de povoado pertencente à Imperatriz-MA, anterior a sua emancipação, a sua história é intrínseca a daquele município, segundo Franklin (2008), até 1980. Chegou a ter mais de 30 serrarias na região. Em menos de duas décadas, foram devastadas quase toda a floresta nativa para o comércio interno e exterior. Espécies de madeira de lei como Ipê, Cedro, Cumaru, Jatobá, Maçaranduba e Sucupira entre outras foram praticamente extintas, somente sendo encontradas posteriormente em áreas de preservação ambiental como a Reserva do Gurupi, em terras maranhenses. Se assistiu um crescente aumento do emprego nas atividades de movelaria, laminadoras e carpintaria. No entanto, devido ao grande fluxo populacional e a falta de políticas públicas aumentou o índice de problemas de segurança, saúde, educação e saneamento básico, principalmente.

O ciclo de exploração da madeira em Açailândia-MA foi tão intenso que permitiu a acumulação de capital nas mãos de poucas famílias (proprietários individuais) e grupos empresariais (proprietários empresariais) para inclusive começar um outro ciclo que perdura até os dias atuais, que é o ciclo da agro-pecuária voltada para a monocultura intensiva(eucalipto, seringa e soja entre

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

outros) e a composição de pasto voltada para a criação de gado de corte e derivados do leite que, segundo o IBGE, Censo 2010, dá ao município o título de 1º produtor de gado de corte e 2º produtor de derivados de leite do Estado do Maranhão. De 1983 a 2011, a produção de gado de corte saltou de 189.506 para 437.803 (IBGE: Censo agropecuário 2011).

Desde Juscelino Kubitschek até mais intensamente a partir de 1964 até 1985, com os regimes militares, o capital internacional avançou no país com grande força levando o Brasil a contrair grande volume de dólares comprometendo a balança fiscal e gerando uma grande Dívida Pública Externa. Para Coelho (2015, pp.30-31), o Regime Militar colocou o Brasil como fornecedor de matérias-primas do sistema internacional e apostou no processo de industrialização com a especialização minério-exportadora construindo 15 ferrovias e vários portos, tendo vários municípios brasileiros como pólos de extração e de processamento de minérios de ferro pela Siderurgia, nesse último caso se destacaria Açailândia no Estado do Maranhão no contexto do Projeto Grande Carajás.[6]

O valor do investimento nesses projetos ultrapassou o PIB do país na época. Com a descoberta das cangas ferríferas[7] na Serra dos Carajás próximas a Parauapebas-PA, foi planejado e executado o projeto PGC Projeto Grande Carajás a partir de 1984. Segundo a pesquisadora Sônia Magalhães da

[6] A despeito deste, vide CARNEIRO, Marcelo Sampaio (Org.). **Ações coletivas em complexos mínero-metalúrgicos na Amazônia e no Sudeste brasileiro**. São Luis: EDUFMA, 2015. / MANCINI, Roberto. Martins. **Siderurgia e mercado de trabalho na Amazônia maranhense:** as dimensões socioeconômicas da estruturação do território produtivo de Açailândia. São Luís, 2015, 123.p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais], Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2015. / SANTOS, Raimundo Lima dos. O projeto Grande Carajás - PGC e algumas consequências regionais**. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Ano 5, Nº 07, Rio, 2010. / CANCELA, Cristina Donza. Estação Piquiá: Um novo quilômetro na fronteira amazônica. **Desenvolvimento & Cidadania**, São Luis, ano 2, n° 6, dez/jan.,1992.

[7] Canga ferrífera é um bioma caracterizado por jazidas de minério de ferro próximas à superfície que impede a vegetação densa de crescer.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

Universidade Federal do Pará (A PELEJA, 2014, 2’53”) muitas obras de infraestrutura foram construídas para potencializar o desenvolvimento da Amazônia Oriental, a mais importante delas a Hidrelétrica de Tucuruí, para fornecer energia para as indústrias eletro-intensivas como as da mineração. A partir do bojo dessa hidrelétrica, se entende melhor o Projeto Grande Carajás assistido por outras grandes obras. Daí se desenvolveu o projeto Ferro Carajás de onde se começou a explorar também outros minérios, que para o jornalista Lúcio Flávio Pinto (A PELEJA, 2014, 3’31”), atendeu ao modelo de desenvolvimento que o Brasil adotou submisso aos interesses do capital internacional no setor da mineração e, por tabela, satisfaziam o objetivo principal da antiga CVRD em se tornar a maior empresa exportadora de minério do mundo. Foi construída a EFC Estrada de Ferro de Carajás, inaugurada em 1985, com extensão inicial de 892 km ligando a Serra dos Carajás-PA ao Porto da Madeira em São Luís-MA. A atual Vale (antiga estatal CVRD) é quem detém o controle monopolístico do fornecimento e transporte do minério de ferro na região do corredor de Carajás.

Na década de 1980, Açailândia-MA, por onde passa a EFC no setor urbano, começou o ciclo econômico da siderurgia sustentado na obtenção do ferro-gusa destinado à exportação a partir da implantação de siderúrgicas vinculadas à Vale, implantadas no Distrito Industrial de Pequiá (Pequiá de Baixo e Pequiá de Cima).

3.PEQUÍA DA CONQUISTA: A VITÓRIA DOS DE BAIXO CONTRA OS GIGANTES DO FERRO

Para Mankiw (2009, p.06), “o custo de oportunidade de um item é aquilo que você abre mão para o obter”. Classifica-se como um item a Siderurgia em

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

Açailândia-MA, no distrito industrial do Pequiá, da forma que foi implantada desde 1985 e vem sendo operada até hoje. Diga-se que o Estado e as empresas do setor, diante da conjuntura global que o Brasil está ligado, fizeram a opção desse item considerando todos os pontos positivos de seu pleno funcionamento respeitando as condicionantes das leis vigentes. Isso seria perfeito, em tese. No entanto, a falta de cuidado do Estado em fiscalizar as empresas do setor aliada ao não cumprimento das condicionantes das leis vigentes, provocou um custo de oportunidade altíssimo para o Estado e, principalmente, para a população do Pequiá de Baixo, em Açailândia-MA. Em resumo, os lucros do setor foram privatizados, mas os impactos e prejuízos, socializados.

Agregando a atividade siderúrgica, Açailândia teve previsto em arrecadação para o ano de 2016, aproximadamente 318 milhões de reais, previstos em Lei Orçamentária Municipal 2016 (CÂMARA, 2015). Porém, essa robustez econômica, pujante em relação aos demais municípios maranhenses, não produz a melhoria de índices sociais para a população de Pequiá de Baixo que sofre a poluição e outros impactos negativos de ordem socioambiental provocados pela siderurgia e pela Vale que são favorecidos pela omissão do Estado[8]. Destacam-se:

a) As usinas guseiras e a Vale: impactos diversos

Para o Ministério de Minas e Energia, no PNM Plano Nacional de Mineração 2030 (BRASIL, 2011, p. 05) "O setor mineral contribui significativamente para a economia brasileira, participando de 4,2% no PIB e 20% do valor das exportações brasileiras", e contribui para o equilíbrio da balança comercial brasileira e o atendimento das exigências do mercado

[8] Estado compreendido na dimensão municipal, estadual e federal.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

internacional, porém, não esboça um plano de desenvolvimento das populações no projeto de exploração mineral, nos municípios de exploração e naqueles por onde passa a EFC, como é o caso de Açailândia-MA.

A Vale S.A. é a empresa estratégica no PGC Projeto Grande Carajás do Governo Federal lançado no começo da década de 1980, que extrai dezenas de milhões de toneladas de minério de ferro por ano no complexo da Serra de Carajás-PA e as transporta através do trem pela EFC Estrada de Ferro Carajás até o porto de Itaqui, em São Luís-MA. Nas siderúrgicas o minério é transformado em ferro-gusa para exportação gerando divisas e impactos socioambientais que aumentaram proporcionalmente aos investimentos de duplicação da Estrada de Ferro Carajás - EFC para a exploração de 230 milhões de toneladas de ferro ao ano, segundo Coelho (2015, p. 65).

> CVRD foi privatizada em 1997 e passou a ser chamada Vale S.A. em 2007. A Vale, segunda maior empresa mineradora do mundo, opera em 38 países. As atividades da Vale representam ao redor de 82% da exportação total de minério de ferro no Brasil. As operações da Vale representam 15% do total mundial de extração de ferro, devendo alcançar até 2015 ao redor de 230 milhões de toneladas exportadas anualmente somente na região de Carajás, com a implementação de novos projetos industriais tal como a abertura de novas minas, a duplicação da via ferroviária e a expansão do porto. (FIDH et al. 2011, p. 04).

Em Açailândia-MA, instaladas no distrito de Pequiá (Pequiá de Cima e Pequiá de Baixo), são cinco siderúrgicas Viena Siderúrgica SA., Ferro Gusa do Maranhão, Siderúrgica do Maranhão SA., Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré e Gusa Nordeste S.A que comercializam com a Vale o minério de ferro transformado em ferro-gusa nos grandes fornos alimentados pela madeira, nativa ou oriunda das monoculturas de eucalipto modificado geneticamente, em áreas de concentração de terras por particulares, a Suzano, a própria Vale e as Siderúrgicas, seja por propriedade ou por utilização através de

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

arrendamento. Nesse ínterim, o CDVDH-CB[9] fez inúmeras denúncias de trabalho escravo nos órgãos fiscalizadores, segundo Bascarán et al. (2007, p.38) envolvendo humanos trabalhando em condições análogas à escravidão em algumas fazendas e fornos da região. Para Fidh

> A vale tem uma relação direta com as cinco siderúrgicas de Açailândia: essas empresas recebem minério pela Estrada de Ferro Carajás e depois de ser transformado em ferro-gusa, voltam a carregá-lo nos trens (...) até o porto de Ponta da Madeira (São Luís) para exportação. (FIDH et al., 2011, p.14).

Para Carneiro e Ramalho (2009, p. 43), na crise internacional em 2008, as siderúrgicas de Açailândia fizeram a demissão de trabalhadores do Pequiá e de outros bairros, mesmo mantendo uma variação positiva de lucro e de produção: de janeiro a março de 2009, em comparação com janeiro a março de 2008, foram acrescidas 47.676 toneladas de ferro gusa que representou um aumento de US$ 55.257.590,00. Jogaram a conta da crise no bolso dos trabalhadores.

A água, o are a terra são poluídos pela ação das siderúrgicas e pela Vale, visto que toda a atividade siderúrgica tem sua causa e fim nos negócios da Vale que, sendo a empresa que monopoliza o transporte de mineral de Carajás ao Porto de Itaqui, lucra com a atividade, mas se exime dos impactos provocados pelas usinas guseiras já que se auto define apenas como empresa mineradora.

O resfriamento dos alto-fornos das siderúrgicas é feito pela água do Rio Pequiá dos Baianos que volta para o rio aquecida e contaminada por metais deixando-a imprópria para uso da população. Caso típico foi o fechamento do Balneário Tito.

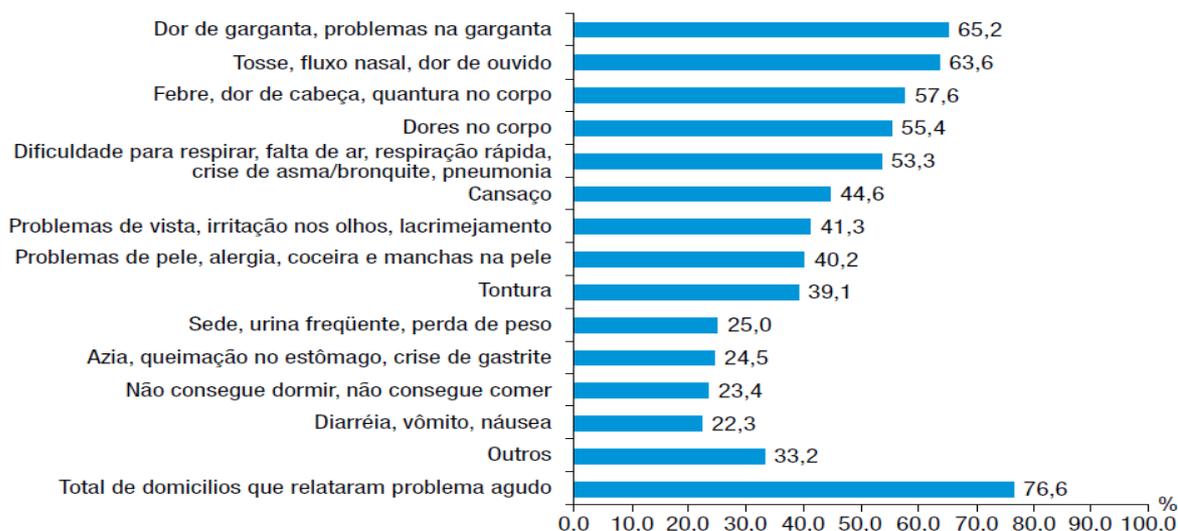
Segundo os organizadores do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale (2010, p. 54), os alto-fornos das usinas siderúrgicas de Pequiá não

[9] Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – Carmen Bascarán, localizado à rua Bom Jesus, Centro, Açailândia-MA.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

possuem filtros anti-partículas. Dessa forma, é lançada no ar uma fumaça tóxica e preta (com resíduo de carvão, ferro e outros metais) produzida pela queima do carvão vegetal que entra na composição do ferro gusa e produz o rejeito chamado munha que, ainda incandescente, é jogado sobre a terra e, nela revolto, queima por longos dias em terrenos próximos às residências sem proteção alguma, onde se acidentam crianças e animais. Joselma Alves de Oliveira (apud A PELEJA, 2014,17'34"), moradora do bairro,relata a morte do seu parente menor de iniciais G. A. B. de 8 anos que após chegar em Pequiá para passar férias foi tragado até a cintura na munha e após três meses foi a óbito em 03 de outubro de 1993, sem a ajuda das siderúrgicas e da Vale. Os gases tóxicos das siderúrgicas e a poeira de ferro da Vale lançados ao ar invadem as residências causando várias doenças respiratórias e congêneres conforme mostra o quadro seguinte na distribuição dos domicílios em Pequiá de Baixo.

Quadro: Distribuição dos domicílios segundo sintomas/problemas associados ao episódio de doença aguda relatado. Pequiá de Baixo, 2010

Fonte: FIDH et ali, 2010, p. 53

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

Além de Pequiá de Baixo, outras comunidades do Brasil e do mundo sofrem com os impactos dos rejeitos das siderúrgicas e das empresas da mineração. O Caso mais recente, em Mariana-MG, populações inteiras e o meio ambiente foram impactados violentamente e não se mensura um tempo para a recuperação da economia da região e do ecossistema, uma vez que as empresas agressoras, Samarco/Vale, BHP, utilizam-se de seu poderio econômico no setor mineral, da proteção da grande mídia, da legislação brasileira e dos poderes instituídos para não arcar com as responsabilidades sociais e ambientais.

> Após um ano da tragédia, a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale S.A. reafirma que o desastre da Samarco/Vale/BHP não pode ser entendido como um caso isolado e sim mais uma tragédia do setor da mineração. Ao longo dos anos, temos denunciado muitas tragédias provocadas pela mineração da Vale S.A. sobre a vida de pessoas, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, camponesas e de populações urbanas empobrecidas. Em diferentes partes do Brasil e do mundo, de Mariana (MG) a Tete (Moçambique), de Santa Cruz (Rio de Janeiro) a Piquiá (Açailândia/MA), de Perak (Malásia) a Sudbury (Canadá), de Canaã dos Carajás (PA) a Piura (Peru), as semelhanças entre narrativas sobre os impactos são o testemunho da insustentabilidade da Vale S.A. e também de todo o setor da mineração. (ARTICULAÇÃO, 2016).

Para Danilo Chamas (apud A PELEJA, 2014, 20’40”), a Vale, junto às usinas siderúrgicas, tem a obrigação solidária de reparar os danos causados à população de Pequiá de Baixo através da construção de um reassentamento para as 312 famílias do bairro afetado a fim de que possam viver com dignidade.

No atual cenário, a Suzano Papel e Celulose, com cinco fábricas no país, uma delas em Imperatriz-MA, adquiriu grandes fazendas com milhões de hectares de Eucaliptos para extração e processamento de celulose para

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

exportação, se consolidando, ao lado das mineradoras, geradoras de commodities. O portal Exame (2016) divulgou em 26 10 2016 que o grupo "Suzano Papel e Celulose comprou ativos florestais e imobiliários da Cia Siderúrgica Vale do Pindaré (Açailândia-MA) e da Cosima–Siderúrgica do Maranhão no valor equivalente a US$ 245 milhões". Serão quase 3 mil empregos a menos na cidade, diretos e indiretos nos setores da usina, logístico, de produção de carvão e de serviços. Aumentarão os conflitos nas comunidades de Açailândia-MA.

b) O trem da Vale/Duplicação

O trem cargueiro da Vale é composto de 330 vagões e tem 3,5 km de extensão com capacidade de 40 mil toneladas. A EFC Estrada de Ferro Carajás não respeita as populações dos municípios por onde passa, sem construção espontânea de viadutos ou passarelas que é atendida, mesmo sem as adequações técnicas, somente através da mobilização das comunidades paraenses e maranhenses para que possam viver com dignidade. Junto ao atropelamento de animais e pessoas e obstrução do tráfego, somam-se a vibração do trem pesado que racha casas e destrói poços, o incômodo barulho do trem, a sirene das locomotivas que tira o sono e interrompe a aprendizagem das crianças, jovens e adultos nas escolas. As comunidades junto à EFC sofrem com os impactos do Dragão de ferro (A PELEJA, 2014).

O trem é um transporte colossal. Embarcando nele, na espécie de carga, de forma clandestina, crianças e jovens acreditam na possibilidade de abandonar suas famílias, mudar de vida e se deslocar para outras cidades no sentido Carajás-PA a São Luís-MA, mais frequente, e vice-versa. Esse fenômeno é conhecido como "os meninos do trem". Através de denúncia de várias

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

entidades e das comunidades ao longo da EFC junto ao Ministério Público Estadual e aos conselhos tutelares, vários instrumentos foram efetivados para coibir esse evento danoso aos absolutamente incapazes e às suas famílias: audiências públicas e TAC Termo de Ajuste de Conduta.

> Não há mineração sem desastre. (...) As crianças e os adolescentes se escondem dentro do minério de ferro, deixando somente a cabeça para fora, ou utilizando a parte superior de uma garrafa de refrigerante como funil para respirar. O próprio acesso aos vagões de minério, enquanto o trem está em movimento, é extremamente ariscado e leva, em vários casos, a ferimentos ou mutilações. Relatos revelam ainda casos de violência física e ameaças aos meninos por parte dos seguranças da Vale. Operando há três décadas na região, a Vale não admite que este é um impacto causado pela mineração e justifica ser uma consequência dos problemas socioeconômicos existentes. Em seu percurso da mina ao porto, os trens da Vale atravessam mais de cem comunidades tradicionais e indígenas, dentre outros grupos sociais. (ARTICULAÇÃO, 2015, p. 15).

Os impactos existentes atualmente sobre as comunidades aumentaram proporcionalmente ao projeto de Duplicação da Estrada de Ferro Carajás - EFC que segundo a Rede Justiça nos Trilhos (2016, p. 4) totaliza 786 km de extensão paralela à rede original com "remodelações de pátios de cruzamento, construção de novos desvios e remodelação/ampliação de pontes e viadutos ferroviários"; o número de viagens diárias do trem passará de 18 para 28, para atender o objetivo de extrair 230 milhões de toneladas de minério de ferro por ano da Serra Sul em Carajás no projeto S11D. No início das operações da Vale em Carajás, "suas reservas foram avaliadas em 18 bilhões de toneladas de minério de ferro, com teor de pureza de 66,13%" segundo Coelho (2015, pág. 53). Com essa duplicação da EFC, a Vale vai acelerar a predação do esgotamento das grandes reservas da Serra Sul/Carajás: "O potencial do corpo S11D é de 10 bilhões de toneladas de ferro" segundo a Vale (2012, p. 14 apud COELHO 2015, p. 64). Esse é um projeto que acontece nos escritórios fechados

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

da Vale, dos acionistas, dos políticos financiados pela mineração e de outros parceiros, longe dos interesses da soberania nacional e das populações dos municípios junto a EFC que serão duplamente afetados.

A Rede Justiça nos Trilhos e os demais movimentos de resistência contra a Mineração degradante acionaram a Justiça contra o desrespeito desse megaprojeto. Na justiça federal, uma liminar suspendeu temporariamente as obras, mas a Vale e os parceiros conseguiram derrubá-la e as obras seguem em ritmo acelerado com previsão de conclusão para 2017. O trecho de Açailândia já está quase concluído.

É muito preocupante constatar que diante das irregularidades entre EA/PBA (Estudo Ambiental e Plano Básico Ambiental) e a prática adotada pela Vale e pelas empreiteiras (Camargo Correia, Odebrecht e outras) desrespeitando o meio ambiente e as populações, as licenças - LP Licença Prévia, LI Licença de Instalação e LO Licença de Operação, segundo Trilhos (2016, p. 4) - tenham sido aprovadas em tempo célere pelo IBAMA, auxiliado pelo Estado. É um círculo fechado de poder, harmônico entre o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, a Mídia e, principalmente, o Direito arbitrado para a defesa das forças 'naturais' estabelecidas dogmáticas do poder econômico do capital dos agentes da Mineração que sobrejuga o poder democrático, onde se entende nas palavras de Hobbes (1651 apud LEBRUN 1981, p. 14): "Este desejo natural de conservar-se, isto é, o que se chama direito ou (em latim) jus, é uma inocente liberdade de empregar o seu poder e a sua força natural".

Pela resistência e luta as comunidades se organizam e se manifestam contra os impactos provocados pelo trem da Vale. Através da música "Que trem é esse?", Paulo Maciel, artista de Imperatriz-MA, apresenta os conflitos socioambientais e as denúncias das comunidades afetadas pelo trem da Vale no

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

Pará e no Maranhão que leva embora as riquezas da região e deixa os impactos para os moradores.

> Que trem é esse que chega buzinando em meu ouvido, que simula toda forma de perigo, vem trazendo para terra grandes males... Que trem é esse que chega buzinando em meu ouvido, que simula toda forma de perigo, desse jeito desse jeito assim *não Vale* (JUSTIÇA NOS TRILHOS).

c) Grupo Ferroeste: Usina Gusa Nordeste, Termoelétrica, Fábrica de cimento e Aciaria Gusa Nordeste.

O Grupo Ferroeste ampliou e diversificou seus empreendimentos na siderurgia em Açailândia. Em 2008, visando a geração de energia à Usina Gusa Nordeste (iniciada em 1990, para produzir 125 mil toneladas de ferro gusa/ano, com a implantação do seu quarto forno em 2016no projeto AVB passou a produzir 456 mil ton/ano), implantou uma termoelétrica que deu autossuficiência de energia a usina gerando o dobro necessário através de uma caldeira movida pelo gás do alto forno. O excedente é comercializado com o mercado.

Em 2009, a Gusa Nordeste implantou a fabricação de cimento e fertilizantes através do aproveitamento da escória gerada nos alto-fornos. O ponto positivo é o reuso da escória e o ponto negativo é que a produção do cimento libera gases tóxicos na atmosfera como Dióxido de carbono e uma densa poeira de partículas potencializando a poluição da comunidade de Pequiá. Segundo a equipe Ecycle (2016), as fábricas de cimento são grandes poluidoras e "Além de consumir 2% de toda a energia global, as cimenteiras também são responsáveis por 5% da emissão de dióxido de carbono (CO2) de todo o mundo".

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

Em 2016 entrou em operação a Aciaria do projeto Aço Verde do Brasil (gestado em 2009) financiado pelo Banco do Nordeste do Brasil no valor de R$ 193,7 milhões. A expectativa da classe empresarial do município é que a arrecadação do município possa dobrar a partir de 2017 com agregação de empresas peculiares no projeto.

> Esse projeto está dimensionado para produzir 500 mil toneladas ao ano de tarugo de aço (semiacabado utilizado como matéria-prima para a laminação de aços longos), utilizado na indústria doméstica e para exportação. Em 2004 (BNB) financiou (com a linha de crédito do FNE Verde) as siderúrgicas do Maranhão para projetos de reflorestamento para a produção de carvão vegetal. (FIDH et al. 2011, p.16).

Os questionamentos que surgem a partir desse empreendimento: o seu funcionamento seguirá o modelo de desenvolvimento exploratório do complexo siderúrgico em Pequiá visando lucros para os acionistas do grupo detentor da Usina Siderúrgica Gusa Nordeste e parceiros? Quais serão as contrapartidas sociais da empresa para a população? A nova razão social atenderá a legislação trabalhista no respeito à classe trabalhadora (de vários segmentos sociais inclusive de Pequiá) com proteção ao emprego e renda? A agregação de valor ao produto vai contribuir para melhorar os indicadores sociais e econômicos da população da região? E outros.

Desse modo, o custo de oportunidade da atuação das siderúrgicas e da Vale no distrito do Pequiá se traduz em violentos impactos socioambientais para a vida em geral daquela região, para seres humanos, a fauna e a flora. Porém, diante dessa violência, a comunidade de Pequiá de Baixo, apoiada por vários organismos sociais, igrejas, sindicatos, associações e outras formas coletivas, travou uma duradoura luta contra os gigantes do ferro num misto de resistência, paciência, organização e persistência através de manifestações e

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

protestos municipais, nacionais e internacionais para conquistar o reassentamento de 312 famílias.

Mergulhada nos impactos socioambientais provocados pelos gigantes do ferro há quase 30 anos desde a instalação da primeira siderúrgica (Viena em 1988), a comunidade de Pequiá de Baixo, no bairro há quase 40 anos, resolveu fazer a passagem dessa situação de morte para a vida com dignidade, na luta e na resistência, através da organização, estudo e mobilização 'dos de Baixo' dos pequeninos, rumo à CONQUISTA da VITÓRIA do reassentamento das 312 famílias, auxiliada por vários parceiros. O processo de reassentamento ainda não findou, mas já existe a terra conquistada, falta apenas à conclusão dos trâmites burocráticos das instâncias governamentais e da Caixa Enconômica Federal para o início das obras, longe da poluição.

Desde o início da luta formalizada em 2005, muitas batalhas foram travadas e ganhas contra os gigantes do ferro. Para Bossi (2009, p. 08), conhecido Padre Dario, da congregação dos combonianos, tudo começou quando 21 famílias do bairro através da Associação Comunitária dos Moradores do Pequiá de Baixo (ACMP), em novembro de 2005, procuraram o CDVDH-CB Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos e a Paróquia São João Batista para denunciar a Gusa Nordeste pelos danos da poluição na comunidade e exigir reparação. A justiça foi acionada, várias inspeções foram feitas morosamente, sem conclusões até hoje. Em 2008, a luta da Associação Comunitária dos Moradores do Pequiá de Baixo ganhou um forte e ímpar parceiro, a Rede Justiça nos Trilhos, criada naquele ano. Esta entidade

> (...) acompanha desde o início o processo do reassentamento, realiza campanha, disponibiliza apoio jurídico aos moradores (...). O padre Dário Bossi, coordenador da rede, é um dos entusiastas da comunidade e comenta sobre os resultados obtidos ao longo de sete anos de luta. "Eu sempre digo que o resultado maior é a

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

> autoconsciência das pessoas e isso não se mede, é o orgulho das comunidades que não se deixam esmagar pela voz única do capital e da política da sociedade". (SANTOS E ASSIS, 2016, p. 13).

Ainda em 2008, através de consulta pública feita pela ACMP 95% dos moradores decidiram pelo reassentamento coletivo das famílias em outra área livre de contaminação, segundo a Acmp (2013). Vários estudos e perícias foram feitos para comprovar os impactos socioambientais da ação poluente das empresas siderúrgicas e da Vale em Pequiá. Em 2007, o respeitável biólogo brasileiro, Ulisses Brigatto Albino[10](apud ACMP 2013), atestou que era inviável a convivência entre indústrias e seres humanos saudáveis na área de Pequiá. Três anos depois a FIDH, Justiça Global e Justiça nos Trilhos elaboraram e apresentaram à comunidade internacional um relatório belíssimo, uma investigação cientifica dos impactos provocados pela mineração e pela siderurgia sobre a vida humana e o meio ambiente em Pequiá, inclusive, com o título: *Brasil Quanto Valem os Direitos Humanos? Os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e siderurgia de Açailândia*

> Uma investigação conduzida pela Federação Internacional de Direitos Humanos (...) e seus parceiros brasileiros *Justiça Global* e *Justiça nos Trilhos,* em 2010-2011, ressaltou sérios problemas de saúde gerados pela emissão de poluentes das plantas de ferro-gusa, fornos de carvão e outras instalações industriais. A poluição do ar, da água e do solo causou/aumentou doenças respiratórias, doenças da pele e dos olhos e outros males. O inquérito revelou também que os moradores sofrem da falta de acesso aos serviços de saúde. (ACMP, 2013)

Em maio de 2011, foi feito o primeiro Termo de Ajuste de Conduta - TAC que determinava a desapropriação do terreno para o reassentamento. Segundo

[10]Ulisses Brigatto Albino é Biólogo Licenciado Pela Universidade Estadual de Londrina, Mestre em Microbiologia, Doutor em Agronomia, Professor de Microbiologia na Faculdade de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pará em Altamira. Disponível em: <http://revista.ufrr.br/rga/about/editorialTeamBio/5144>

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

o advogado Danilo Chammas (apud SANTOS E ASSIS 2016, p. 11), o MPE Ministério Público do Estado do Maranhão e a DPE Defensoria Pública do Estado do Maranhão impuseram aos responsáveis a obrigação de fazer o reassentamento: à Prefeitura Municipal de Açailândia, coube realizar a desapropriação do terreno de 38 hectares; ao SIFEMA Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Maranhão, coube compensar o município com os valores indenizáveis ao proprietário da área escolhida pela ACMP (atrás da Polícia Rodoviária Federal, BR 222). Somente em setembro de 2014, o juiz deu a sentença concluindo a desapropriação, depois de uma supervalorização do valor da área. E em agosto de 2012, foi feito o segundo TAC entre o MPE e o SIFEMA, onde este se responsabilizava a pagar as despesas da contratação das assessorias técnicas para a elaboração do projeto urbanístico habitacional e realização de outros serviços relacionados; para viabilidade do reassentamento a Vale (através da fundação Vale) repassaria 20 mil reais por família, totalizando uma quantia de 6.240.000 reais como complemento ao convênio do governo federal através do Programa Minha Casa Minha Vida que não seria fácil a aprovação.

O processo de elaboração do projeto do novo bairro foi elaborado pela empresa USINA, São Paulo, que se deslocou em várias etapas para o Pequiá para construí-lo na participação da comunidade e dos parceiros, na visão de Icaro et alii (2015).

Várias manifestações foram decisivas para dobrar os governos, a Justiça do Maranhão inclusive, a Vale e as Siderúrgicas: audiências públicas em Açailândia (câmara de vereadores) e assembleia legislativa do Maranhão; fechamento da BR 222 em 07 de dezembro de 2011 contra a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão em suspender a desapropriação da área do

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

reassentamento por causa de 50 (cinquenta) vacas do fazendeiro, cuja indignação da população se resumia na faixa "*As vacas tem pra onde ir, o povo de Pequiá de Baixo não*" evento divulgado em O Progresso (2011); no dia 30 de julho de 2012, houve um forte protesto de fechamento da Gusa Nordeste exigindo a obrigação de fazer das siderúrgicas no processo de pagamento do terreno, durante 30h os moradores fecharam a siderúrgica e só liberaram os portões quando o presidente do SIFEMA assumiu o compromisso de restabelecer o pagamento – a alma do ato nas palavras de Dario Bossi:

> Quando a gente vê alguém levantar as mãos, logo pensa que está se rendendo. Não foi isso ontem, na porta das siderúrgicas de Piquiá de Baixo, profundo interior do Maranhão. Cerca de cem pessoas estavam de mãos levantadas e sujas, parando os caminhões de carvão e minério de ferro que queriam entrar, para alimentar a fome incandescente dos fornos das guseiras. Eram jovens de Parauapebas, Marabá, Canaã dos Carajás, Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu. Eram idosos e doentes do Piquiá, gritando de novo com voz humilde e cansada, mas firme, contra aquela poluição que respiram a cada dia. Juventudes e comunidades atingidas pela mineração e sua cadeia produtiva estavam encerrando mais um encontro regional de estudo. Os moradores levaram um saco do pó preto que cai dia e noite dentro de suas casas; os jovens sujaram as mãos e as levantaram, envergonhados e solidários, em denúncia. Tem gestos que falam mesmo com seu silencio: dezenas de jovens, idosos e crianças mostrando suas mãos e esbarrando o caminho. (BOSSI, 2012).

Sobre a Vale S.A., em 23 de abril de 2014, a denúncia dos impactos foi levada ao conhecimento dos acionistas da Vale S.A. na Assembleia Geral Ordinária de 2014 na sede da empresa no Rio de Janeiro. Ainda em abril de 2014, o caso foi denunciado à Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada.

Em 24 de fevereiro de 2013 houve a celebração de criação da Paróquia de Santa Luzia no distrito do Pequiá, a 27ª paróquia da Diocese de Imperatriz-MA, presidida pelo Bispo Dom Gilberto Pastana (que apoia o reassentamento) e

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

copresidida pelos quatro párocos da cidade (Frei Carlos, Padre Eliezer, Padre Domingos e Padre Ângelo) e Pe. Dario. A nova paróquia de Santa Luzia com 15 comunidades passou a ser pastoreada pelos padres combonianos, bem mais próximos da comunidade de Pequiá de Baixo. O Bispo Dom Gilberto foi designado para assumir a diocese de Crato no Ceará no primeiro semestre de 2016. Destaca-se que os bispos do Maranhão, através de *Carta aberta em solidariedade com o povo de Pequiá de Baixo e em favor de seu urgente reassentamento* (CNBB, 2011), quando da realização em Pequiá de Baixo em 2011 da Romaria da Terra e das Águas do Maranhão, manifestaram solidariedade a essa comunidade, denunciando os impactos observados e recomendando a todos os envolvidos a resolutiva do problema, bem como a criação urgente do reassentamento das famílias.

De 5 a 9 de maio de 2014, na Universidade Federal do Maranhão em São Luís-MA, a comunidade do Pequiá e diversas comunidades pela mineração e siderurgia, estudiosos, entidades, estudantes, movimentos, indígenas, pescadores, quilombolas, ribeirinhos e outros segmentos sociais do Brasil e do mundo, participaram do Seminário Internacional Carajás 30 anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental. Presenciei durante um dia a revitalização da força de vários segmentos sociais no evento através de místicas, estudo, atividades culturais e atos públicos para o combate aos agentes da Mineração/Siderurgia predatória.

As dificuldades nas relações institucionais foram enormes e principalmente na esfera municipal. Não bastasse a omissão na implementação de políticas públicas de saneamento básico, de saúde e educação, por exemplo, a Prefeitura Municipal de Açailândia foi muita dura em se recusar a proceder a desapropriação do terreno na gestão do prefeito Ildemar Gonçalves (2009 a

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

2012) e nos anos de 2013 a 2014 quando era chefiada pela ex-prefeita cassada Gleide Santos do PMDB. A própria ACMP chegou a interditar a BR 222 em 07 de dezembro de 2011para reivindicar a desapropriação da área do reassentamento. Em 13 de junho de 2015, o vice-prefeito Juscelino Oliveira (PCdoB), empossado temporariamente no cargo na vacância da prefeita afastada desde 27 de maio sob processo de CPI Comissão Processante de Inquérito, assinou uma transferência do terreno para a ACMP, logo depois tornada sem efeito, no vai e vem das liminares judiciais quando dia 24/06/2015 o Supremo Tribunal Federal a reconduziu para o cargo, segundo Marcos (2015).

Após várias manifestações das entidades da sociedade civil organizada (Rede de Cidadania) e outros movimentos, a câmara municipal, pressionada, cassou a prefeita Gleide Santos em 21 de julho de 2015 através da então amadurecida CPI por improbidade, que já respondia processos na justiça por desvios de recursos públicos e improbidade. Na madrugada de 22 de julho de 2015, Juscelino Oliveira do PCdoB foi empossado prefeito de Açailândia. Então, cinco meses depois, na sexta-feira, 11 de dezembro de 2015, o então prefeito assinou definitivamente a transferência de titularidade do terreno da Prefeitura para a ACMP Associação Comunitária dos Moradores do Pequiá de Baixo, conforme publicado no portal eletrônico do município (AÇAILÂNDIA, 2015).

O apelo de Pequiá foi levado até o Papa Francisco em 01 de outubro de 2015 por Padre Dario e Irmão Antonio. O papa demonstrou apoio e solidariedade ao reassentamento das famílias para o direito à vida, segundo Trilhos (2015).

Em 14 de dezembro de 2015, segundo a Comissão Pastoral da Terra (2015), o Grupo de Trabalho da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos recebeu, em Belém, várias comunidades atingidas pela Mineração e pela

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

siderurgia, entre elas uma delegação do Pequiá de Baixo para receber denúncias sobre o caso e colher mais elementos.

No dia 20 de dezembro de 2015, essa violência a Pequiá de Baixo em Açailândia-MA e aos indígenas em MT foram denunciados em Washington na audiência internacional convocada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Representaram o Pequiá, Rafaela Lopes da Justiça Global, Sr. Edvar Dantas da ACMP, o advogado Danilo Chammas da Rede Justiça nos Trilhos – denunciando os impactos dos agentes da mineração e da Siderurgia, a omissão e a conivência do Estado Brasileiro. A comunidade de Pequiá de Baixo acompanhou a audiência, através de telão, na Câmara de Vereadores de Açailândia. O Estado brasileiro teve que apresentar resolutivas a favor das comunidades. Surtiu efeito, dez dias depois, o convênio federal de liberação dos recursos para o reassentamento das famílias de Pequiá foi aprovado.

O Caminho da vitória do reassentamento foi árduo. Cada morador(a) ativo(a) na luta foi fundamental. Na jornada, vários grupos de expressão cultural (com destaque para a companhia Cordão de Teatro de Xico Cruz) ajudaram os sujeitos dessa luta e o mundo a entender, a contar, a cantar, a dramatizar e levar mais longe a nossa história de um povo sofrido e violentado no dia a dia com suas mãos e seus pulmões contaminados pelo ferro de Carajás e pelos poluentes de Açailândia Várias reuniões na comunidade de Pequiá de Baixo coordenadas pelas entidades parceiras: Rede Justiça nos Trilhos (Padre Dario, Advogado Danilo Chammas, outros/as), CDVDH-CB (Carmen Bascarán, Brígida, Mariana, Antonio Filho, Fabrícia, Milton,Vagner e outros/as), Paróquia São João Batista e depois Paróquia Santa Luzia (combonianos Padre Mássimo, Irmão Antonio Soffientini, Padre Dario Bossi, Padre Pablo, Ir Poli, Casal Marcos Ratti e

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

Valentina e outros) e ACMP (uma pessoa foi decisiva para o primeiro passo dessa luta, o Senhor Edvard Dantas,presidente da associação), entre outras. O Sr. Edvard Dantas foi quem escreveu uma carta à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, relatando o problema da comunidade e foi respondido sendo orientado a procurar os órgãos de defesa ambiental do Estado (inclusive Secretaria de meio ambiente).

Em 30 de dezembro de 2015 foi sancionada a portaria nº 684/2015 do Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Habitação, que aprovou o convênio de R$ 26.266.766,00 para o Reassentamento da Comunidade do Pequiá de Baixo para 312 famílias. A publicação foi feita no diário oficial da União de 31 de dezembro de 2015.

Mais intensamente em 2016, a comunidade acelerou os trâmites da documentação de cada família junto a Caixa Econômica Federal para finalizar o processo de liberação dos recursos para a ACMP que vai executar o convênio.

A Comunidade de Pequiá de Baixo elegeu democraticamente e com publicidade no programa da rádio Marconi FM em quatro sextas feiras, nos meses de novembro e dezembro de 2016, o nome *PEQUIÁ DA CONQUISTA* melhor votada sobre as outras propostas: PEQUIÁ DA VITÓRIA E *PEQUIÁ DE BAIXO.* O loteamento Pequiá da Conquista foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Açailândia-MA sob decreto nº 766 de 1º de dezembro de 2016 (AÇAILÂNDIA, 2016). O título desse artigo foi pensado na valorização das três indicações frente à causa do reassentamento contra os agentes poluidores - *PEQUIÁ DA CONQUISTA: A VITÓRIA DOS DE BAIXO CONTRA OS GIGANTES DO FERRO.*

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado brasileiro se tornou subserviente aos interesses dos grandes grupos econômicos, entre eles a Mineração/Siderurgia, cujo capital tem participação internacional, portanto atende aos interesses estrangeiros. Dentre as empresas mineradoras do país se destaca a Vale no Brasil e em muitas partes do mundo.

A Vale e as empresas siderúrgicas, os gigantes do ferro, que atuam no Pará e no Maranhão praticam a Mineração/Siderurgia de forma predatória visando somente o lucro através de um modelo de desenvolvimento que não inclui as comunidades por onde passa o trem da Vale. A população de Pequiá de Baixo, em Açailândia-MA, duplamente afetadas pela Vale e pelas Siderúrgicas e seus empreendimentos, e outras comunidades compartilham as mesmas dores e sofrimentos advindas dos impactos socioambientais provocados pelos gigantes do ferro.

A comunidade de Pequiá de Baixo, através da ACMP Associação Comunitária dos Moradores de Pequiá de Baixo e das entidades parceiras (Rede de Justiça nos Trilhos, CDVDH-CB, Paróquias São João Batista e Santa Luzia, Família comboniana, movimentos culturais e outras), se organizou e com muito estudo e mobilização utilizou-se de instrumentos para conquistar uma nova terra – o reassentamento das 312 famílias para uma moradia digna livre da contaminação dos impactos dos gigantes do ferro. Essa integração foi fundamental para a conquista do reassentamento, pois se sustenta em causas nobres como argumenta Bossi (2015, p. 25): "Lutar juntos para defender nossa forma de existência: isso dá sentido e apaixona". Das muitas batalhas travadas, foram conquistados o terreno, os projetos técnicos do reassentamento e as

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

aprovações dos convênios financeiros. Agora falta romper os trâmites burocráticos para começar as construções do bairro.

Essa luta é um exemplo para as outras comunidades impactadas pela Mineração/Siderurgia e outros projetos predatórios. Aponta para um modelo de desenvolvimento que inclua os seres humanos e o meio ambiente, de forma sustentável, no respeito à natureza e à vida. Espera-se que o Estado brasileiro cumpra a sua função de defender um Estado Social onde os agentes econômicos e o próprio Estado respeitem os direitos humanos das populações e colaborem para a efetivação de uma economia sustentável que tenha a viabilidade de coexistência entre empresas e humanos na prática da Justiça que promove a Paz.

Viva ao *Pequiá da Conquista: a vitória dos de baixo contra os gigantes do ferro*!

Referências

A PELEJA do Povo Contra o Dragão de Ferro (filme) – Seminário Internacional Carajás 30 anos: Resistências e Mobilizações Frente a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Oriental. Direção: Murilo Santos. Coordenação Geral: Padre Dario. Duração 68 minutos. São Luís: 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA. **LOA Lei Orgânica Municipal** de 05 de abril de 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA. **Decreto nº 766 de 1º de dezembro de 2016**.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA. **Titularidade do Terreno Moradores Pequiá de Baixo**. Publicado em 15/12/2015. Disponível em: <http://www.acailandia.ma.gov.br/noticia/titularidade-do-terreno-moradores-pequia-de-baixo-/52> Acesso em 30 de dezembro de 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PEQUIÁ DE BAIXO ACMP. **Pequiá de Baixo, Brasil: a vida de 1.100 pessoas em Perigo**. Colunista Nicola Sossass. Publicação de 26 de junho de 2013 in: IAI Internacional Alliance of Inhabitants. Disponível em: <http://por.habitants.org/news/habitantes_das_americas/pequia_de_baixo_brasil_a_vida_das_1.100_pessoas_em_perigo> Acesso em 30 de dezembro de 2016.

ALBINO, Ulisses Brigatto. Disponível em: < http://revista.ufrr.br/rga/about/editorialTeamBio/5144> Acesso em 30 de dezembro de 2016.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. **Nota da Articulação Internacional dos atingidos e atingidas pela Vale frente ao marco de um ano do maior crime socioambiental do país.** Disponível em: <https://atingidospelavale.wordpress.com/> Publicação 06 de novembro de 2016. Acesso em 29 de dezembro de 2016.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. **Relatório de Insustentabilidade da Vale 2015.**

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz: Ética, 2009.

BARBOSA,Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão.** Tese de Dissertação de Pós-Graduação. Niterói:Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em:<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1449.pdf> acesso em 29/05/2016.

BASCARÁN, Carmen; MOURA, Flávia; TEIXEIRA, Milton.(Org.) **II Conferência Inter-participativa sobre Trabalho Escravo e Superexploração em Fazendas**

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

e Carvoarias: trabalho escravo é crime; desenvolvimento sustentável é vida. Açailândia: Gráfica Açailândia, 2007.

BOSSI, Dário. **Açailândia: quando a gente levanta as mãos**. Publicado em 30 de julho de 2012. Disponível em: <http://folhadecuxa.blogspot.com.br/2012_07_01_archive.html> Acesso em 28 de outubro de 2016.

BOSSI, Dário. **Impactos e resistências em Açailândia, profundo interior do Maranhão.** Açailândia. 2009.

BOSSI, Dário. Uma Luta desigual. Que vitória é possível? Experiências e reflexões no enfrentamento dos impactos da Mineração. In.: Afonso Murad e Dário Bossi (organizadores). **Igreja e Mineração: Em Defesa da Vida e dos Territórios**. 1ª edição. CNBB: Brasília, julho de 2015.

BRASIL, Câmara Legislativa do. Decreto. **nº 43.909 de 16 de junho de 1958**. Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43909-16-junho-1958-383078-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 09 de maio de 2016.

CANCELA, Cristina Donza. Estação Piquiá: Um novo quilômetro na fronteira amazônica. **Desenvolvimento & Cidadania**, São Luis, ano 2, n° 6, dez/jan.,1992.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio (Org.). **Ações coletivas em complexos mínero-metalúrgicos na Amazônia e no Sudeste brasileiro**. São Luis: EDUFMA, 2015.

CARNEIRO, Marcelo; RAMALHO, José Ricardo. A crise econômica mundial e seu impacto sobre o setor siderúrgico maranhense: relações entre o desempenho recente das empresas guseiras e o desemprego no município de Açailândia. In.: CARNEIRO, Marcelo Sampaio; COSTA, Wagner Cabral da (Orgs.). **A Terceira Margem do Rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio**. São Luís: EDUFMA, Instituto Ekos, 2009.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da Terra: como os políticos conquistam o território**. São Paulo: Contexto, 2012.

COMISSÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB, Regional Nordeste V. **Carta aberta em solidariedade com o povo de Piquiá de Baixo e em favor de seu urgente reassentamento**. Publicação de 11 de setembro de 2011.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás – Trinta Anos de Desenvolvimento Frustrado**. Série A questão Mineral no Brasil. Vol 1. Marabá(PA): Editora Iguana, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Grupo de Trabalho da ONU sobre empresas e Direitos Humanos encontra comunidade atingida por mineração e siderurgia**. Publicado em 11 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/3034-grupo-de-trabalho-da-onu-sobre-empresas-e-direitos-humanos-encontra-comunidade-atingida-por-mineracao-e-siderurgia> Acesso em 31 de dezembro de 2016.

EQUIPE ECYCLE. **Processo de produção do cimento gera emissões e pode diminuir biodiversidade**. Disponível em**:** **<**http://www.ecycle.com.br/component/content/article/35/1569-processo-de-producao-do-cimento-gera-emissoes-e-pode-diminuir-biodiversidade.html>. Acesso em 30 de dezembro de 2016.

EXAME. **Suzano compra ativos florestais e pequena hidrelétrica**. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/suzano-compra-ativos-florestais-e-pequena-hidreletrica/> Acesso em 20 de dezembro de 2016.

GRUPO FERROESTE. **Gusa Nordeste**. Disponível em:<http://www.ferroeste.com.br/o-grupo/empresas/gusa-nordeste>. Acesso em 27 de maio de 2016.

GRUPO FERROESTE. **Nossa história**. Disponível em:<http://www.ferroeste.com.br/o-grupo/nossa-historia> Acesso em 27 de maio de 2016.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

FIDH; JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Brasil Quanto Valem os Direitos Humanos? Os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e siderurgia de Açailândia.** Relatório. 104 p. Açailândia. 2010.

FLANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a História econômica de Imperatriz**. Imperatriz-MA: Ética, 2008.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 3 ed. Revista e ampliada, 2009.

I ENCONTRO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. Vários organizadores. **Dossiê dos Impactos e violações da Vale no Mundo**. Disponível em: <http://justicanostrilhos.org/wp-content/uploads/2009/03/dossie_versaoweb_1__0.pdf>Acesso em 20 de dezembro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **CENSO 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210005&search= maranhao|acailandia|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso em 08 de abril de 2016.

LEBRUN, Gerard. **O que é Poder**. Brasiliense. 1981.

MANCINI, Roberto. Martins. **Siderurgia e mercado de trabalho na Amazônia maranhense:** as dimensões socioeconômicas da estruturação do território produtivo de Açailândia. São Luís, 2015, 123.p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2015.

MANKIW, Gregory. **Introdução à Economia** (tradução Allan Vidigal Hastings). São Paulo: Cengage Learning, 2009. Novo Hamburgo: 2013.

MARCOS, Antonio. **Gleide Santos pode reassumir cargo de prefeita de Açailândia a qualquer momento**. Disponível em: <http://www.amarcosnoticias.com.br/gleide-santos-deve-reassumir-o-

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

comando-do-municipio-de-acailandia-nas-proximas-horas/> Acesso em 30 de dezembro de 2016.

O PROGRESSO. **População do Pequiá interdita trecho da BR-222 em Açailândia**. Publicado em 08 de dezembro de 2011. Edição nº 14271. Disponível em: <http://oprogressonet.com/politica/populacao-do-pequia-interdita-trecho-da-br-222-em-acailandia/23052.html> Acesso em 29 de maio de 2016.

PEDROSA, Luís Antonio Câmara. **A Questão Agrária no Maranhão**. Associação Brasileira de Direitos Autorais. Disponível em:<http://abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf>Acesso em 29/05/2016

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª edição.

ROCHA, Glauber. Documentário "**MARANHÃO 66**". Vídeo. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=t0JJPFruhAA>. Acesso em 04 de maio de 2016.

SANTOS, Deylanne; ASSIS, Jhene. **Pequiá de Baixo: História de Luta e Resistência**. In: Aianny Monteiro et alii (colaboradores): **Revista Não Vale – Nos Trilhos da Resistência: Comunidades reagem aos impactos do Projeto S11D**. Produção Rede Justiça nos Trilhos. Edição III. Ano 2016/2017.

SANTOS, Raimundo Lima dos. O projeto Grande Carajás - PGC e algumas consequências regionais**. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Ano 5, Nº 07, Rio, 2010.

SANTOS, Tamires Rosy Mota; BORBA, Polliana. **Leis de terras 1850 (Brasil) e 1969 (Maranhão) e suas consequências para povos e grupos sociais tradicionais:** contextualizações, diferenças e semelhanças, uma perspectiva histórica. UFMA. 2014. Disponível em: <http://www.gedmma.ufma.br/wp-content/uploads/2014/02/artigo-Tamires-Rosy-Mota-Santos-e-Poliana-III-SEDMMA.pdf> Acesso em 29/05/2016.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p417

SILVA, Luiz Maia da. **Origem e formação do povoado Sucavão**. Série Dissertações Acadêmicas, v. 19. Imperatriz: Ética 2010.

GRUPO SUZANO. Disponível em: <http://www.suzano.com.br/portal/grupo-suzano/o-grupo/suzano-papel-e-celulose/>Acesso em 28 de maio de 2016.

REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Drama dos moradores de Pequiá de Baixo chega a Roma; Papa abraça a causa.** Publicado em 02 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.amarcosnoticias.com.br/papa-francisco-abraca-causa-dos-moradores-de-pequia-de-baixo-vitimas-de-poluicao/>Acesso em 29 de maio de 2016.

REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS. **"Que Trem é esse?"**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P2e0pIhM5FA> Acesso em 28 de dezembro de 2016.

REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Empoderamento das comunidades na disputa dos territórios frente à duplicação da estrada de ferro Carajás**. Fastenopfer. Fevereiro/2016.

VILAÇA, Ícaro; LAZARINI, Kaya; CONSTANTE, Paula. **USINA 25 anos - Reassentamento da Comunidade do Piquiá de Baixo.** São Paulo. 2015. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/768315/usina-25-anos-reassentamento-da-comunidade-do-piquia-de-baixo> Acesso em 29 de maio de 2016.